

CONSELHO SUPERIOR

ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAIBA, BIÊNIO 2016/2018 - REALIZADA NO DIA 9 DE MARÇO DE 2017.

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete (9.3.2017), sob a Presidência da Defensora Pública Geral, Dra. MARIA MADALENA ABRANTES SILVA, o CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA, reuniu-se em sessão EXTRAORDINÁRIA, para deliberar assuntos da Pauta: 1 - Apreciação de Minuta de Resolução para Instituir o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania da DPPB; 2 - Apreciação de Minuta de Resolução para Instituir o Núcleo Mediação Sanitária da DPPB; 3 - Apreciação do Processo nº 451/2017-DPPB de autoria do Conselheiro Fabio Liberalino da Nóbrega referente ao encaminhamento do Regimento Interno do CS/DPPB; 4 - Apreciação do Processo nº522/2017-DPPB de autoria do Conselheiro Fabio Liberalino da Nóbrega que solicita a publicação da Lista de Antiguidade da DPPB; 5 - Apreciação do Processo nº 06249/2017 que define parâmetros econômicos para reconhecimento de quem deverá ser considerado hipossuficiente e o valor do patrocínio do Defensor Público, de relatoria do Conselheiro Fábio Liberalino; 6 - Apreciação do Processo nº 114/2017-DPPB referente a impugnação da Conselheira Rizalva Amorim de Oliveira Souza, de relatoria do Conselheiro José Alípio; 7 - Apreciação dos Processos nº 4471/16 e nº 030/17 referente ao Pagamento de acumulação nas férias, de relatoria da Conselheira Rizalva A. O. Sousa; 8 - Criação do Núcleo de Distribuição de Mandados da 2ª Instância; 9 - Criação do Cerimonial da DPPB; 10 - Apreciação do Processo nº 000060041-14/2016 de relatoria do Conselheiro Fabio Liberalino da Nóbrega; 11 - E demais assuntos pertinentes a Defensoria Pública. Compareceram o Sub-Defensor Geral Otavio Gomes de Araújo, o Corregedor Geral Charles Gomes Pereira, e os Conselheiros Drs.: Ryveka Campos Martins Bronzeado, José Alípio Bezerra de Melo, Francisco Freire de Figueiredo Filho, Fábio Liberalino da Nobrega e Rizalva Amorim de Oliveira Souza, registrando a presença do representante da Associação Paraibana dos Defensores Públicos Dr. Ricardo José Barros, e do Ouvidor Dr. Júlio Vanildo Cruz Rolim. A Presidente iniciou a reunião cumprimentando a todos, passando a Apreciação de Minuta de Resolução para Instituir o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania da DPPB; a Presidente do Conselho Superior passou a palavra para o DP Dirceu Abimael que fez um a explanação sobre a criação do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania da DPPB; a Conselheira Ryveka C. Martins sugeriu que devido a grande importância da resolução sua sugestão é para deixar para a próxima reunião. Assim acatado pela Presidente. 2 - Apreciação de Minuta de Resolução para Instituir o Núcleo Mediação Sanitária da DPPB; Em ato contínuo a Presidente entregou aos Conselheiros minuta de Resolução para Instituir o Núcleo Mediação Sanitária da DPPB e convocou a DP Maria dos Remédios Mendes para fazer a explanação da Resolução; a Presidente do Conselho informou que não haverá

A TESTICALE UT CONTRACTOR OF A TESTICALE UT CO

mss di

nenhuma despesa para a criação desse Núcleo; a Conselheira Rizalva Amorim solicitou a palavra e pediu a Presidente que indicasse a DP Maria dos Remédios Mendes como representante do Comitê da Saúde; o Conselheiro Fábio Liberalino solicitou a palavra e perguntou se haveria alguma demanda do Governo Federal, sendo informado que não, apenas Municipal e Estadual, após ampla explanação e discussão a resolução foi aprovada por unanimidade. 3 - Apreciação do Processo nº 451/2017-DPPB do Conselheiro Fabio Liberalino da Nóbrega referente ao encaminhamento do Regimento Interno do CS/DPPB; presente a reunião o Conselheiro Fábio Liberalino solicitou que fosse distribuído com todos os Conselheiros cópias da Minuta do Regimento Interno, para que todos possam fazer suas considerações, sendo atendido de pronto; colocada em votação se deverão encaminhar as alterações da Lei Complementar 104/2012 para a Assembléia Legislativa (AL) ou se deverão aguarda uma melhor oportunidade; a Presidente informou que irá agendar audiência com o Presidente da AL e irá sondar o clima para uma modificação da Lei 104, a Conselheira Ryveka Bronzeado sugeriu que seja distribuída as alterações da Lei Complementar nº 104/2012 e que seja encaminhadas alterações pontuais, sendo aprovado por unanimidade as sugestões. 4 -Apreciação do Processo nº522/2017-DPPB do Conselheiro Fabio Liberalino da Nóbrega que solicita a publicação da Lista de Antiguidade da DPPB; a Presidente apresentou requerimento referente a Lista de Antiguidade, presente a reunião Conselheiro Fabio Liberalino da Nóbrega, solicitou que o processo fosse retirado de pauta e arquivado, tendo em vista o pedido ter perdido o objeto com a publicação da resolução que instalou comissão para atualização da Lista de Antiguidade, sendo atendido pela Presidente; 5 - Apreciação do Processo nº 06249/2017- que define parâmetros econômicos para reconhecimento de quem deverá ser considerado hipossuficiente e o valor do patrocínio do Defensor Público de relatoria do Conselheiro Fábio Liberalino, que fez a leitura do seu voto e argumentos, em que havendo o vácuo na legislação em vigor o Conselho Superior deverá regulamentar por meio de resolução os parâmetros do hipossuficiente, trazendo também minuta para apreciação do Conselho Superior referente aos parâmetros de hipossuficiência que foi lida pelo relator, a Presidente do Conselho parabenizou o bom trabalho do relator e colocou em votação a proposta indicando parâmetros para o atendimento do hipossuficiente, após ampla discussão foi decidido por maioria dos votos que deverá ser regulamentado por Resolução os parâmetros para o atendimento; 6 - Apreciação do Processo nº 114/2017-DPPB referente a impugnação da Conselheira Rizalva Amorim de Oliveira Souza, de relatoria do Conselheiro José Alípio; o Conselheiro José Alípio informou que devido as diligências apresentadas no Processo, solicitou que fosse apresentado seu voto posteriormente, o que foi de logo aceito pela Presidente. 7 - Apreciação dos Processos nº 4471/16 e nº 030/17 referentes ao Pagamento de acumulação nas férias, de relatoria da Conselheira Rizalva A. O. Sousa; a Conselheira fez a leitura do voto referente ao pagamento da acumulação durante o período de férias, a Conselheira Ryveka C. M. Bronzeado pediu a palavra e sugeriu que o pagamento fosse retroativo ao mês de Janeiro/2017, após consultar a GEPOF (Financeiro), o Conselheiro Otávio Gomes falou que tendo em vista as dificuldades financeiras atual da DPPB, é contra o pagamento retroativo. Presente à reunião o DP Antônio Nery falou do Art. 3º da Resolução nº 005/2012-DPPB que ainda está em vigor e regulamenta o pagamento; colocado em votação o voto da relatora, sendo aprovado por unanimidade, e o pedido da Conselheira Ryveka Bronzeado, foi reprovado tendo em vista a situação da DP. A Presidente justificou que por falta de dotação, o pagamento só será possível se for retroativo ao dia 1º de março de 2017, o que foi aprovado por unanimidade. 8 - Criação do Núcleo de Distribuição de Mandados da 2ª Instânçia; Após ampla discursão, foi decidido por unanimidade que não haverá

de , verá

necessidade de criação de Núcleo de Distribuição de Mandados da 2ª Instância. 9 - Criação do Cerimonial da DPPB; discutido e colocado em votação a criação do Cerimonial da DP, sendo aprovado por unanimidade, que fica a cargo e dirigidas pelo Gabinete do DPG. 10 -Apreciação do Processo nº 000060041-14/2016 de relatoria do Conselheiro Fabio Liberalino da Nóbrega; o mesmo solicitou a retirada da pauta do referido processo e colocado na pauta da próxima reunião, sendo atendido pela Presidente. 11 - E demais assuntos pertinentes a Defensoria Pública. - O Conselheiro José Alípio sugeriu ao Corregedor que como esta havendo perda de prazo em processos que, o corregedor agendasse com o Corregedor do TJPB uma audiência para conversar sobre o assunto; o Conselheiro Otavio Gomes sugeriu que existe no novo CPC, e sugeriu que o assunto também seja levado ao corregedor da Magistratura; a Conselheira Ryveka Bronzeado solicitou malote digital para a DP; O Conselheiro Otávio Gomes sugeriu que sejam desativados os Núcleos da DP nas Casas da Cidadania; o Conselheiro José Alípio sugeriu que seja apenas retirado o Defensor Público e deixar o Servidor da Defensoria para atuar, sendo colocado em votação a sugestão do Conselheiro José Alípio, foi aprovado por unanimidade. Encerrada a sessão, será marcada reunião posteriormente e todos os Conselheiros devidamente comunicados. Sendo lavrada a presente Ata, que será assinada pela senhora Presidente, pelos senhores Conselheiros e Lêda Maria Meira, Secretário (a) Ad por mim, Hoc do Conselho Superior da Defensoria Pública, e por quem mais de direito.

> MARÍA MADALENA ABRANTES SILVA PRESIDENTE

SUB DEFENSOR GERAL

VEKA CAMPOS MARTINS BRONZEADO

MEMBRO

CHARLES GOMES PEREIRA

CORREGEDOR GERAL

VILDO CRUZ ROLIM

JOSE ALIPIO BEZERRA DE MELO

MEMBRO

OUVIDOR

FRANCISCO FREIRE DE F. FILHO

MEMBRO

RIZALVA AMORIM DE O. SOUZA **MEMBRO**

FABIO LIBERALINO DA NOBREGA **MEMBRO**

RICARDO JOSE C. S. BARRO

Representante da Associação